



Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Ambiental

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

É possível aplicar:

- a) Dentre as penas previstas no artigo 72, da Lei nº 9.605/98, por dano ambiental de vazamento de óleo bruto na Baía da Babitonga, pode ser aplicada pena corpórea de reclusão na pessoa de um dos dirigentes da empresa causadora do dano, responsável pela ordem;
- b) Em crime ambiental de devastação de floresta ciliar protetora de mangues, a empresa responsável pela devastação pode ser punida por infração administrativa com pena de reconstituição e restauração dos danos causados;
- c) Em crimes ambientais de menor potencial ofensivo, cabe a aplicação das disposições do artigo 89, da Lei nº 9.099/95, e a extinção da punibilidade dependerá de laudo de constatação de reparação dos danos causados;
- d) Em crimes ambientais de menor potencial ofensivo, não cabe a aplicação das disposições do artigo 89, da Lei nº 9.099/95, e a extinção da punibilidade independe de laudo de constatação de reparação dos danos causados;
- e) A diretoria da empresa Curtume do Norte S.A. pelas disposições da Lei nº 9.605/98, não pode ser penalizada por crime ambiental de poluição que causou a morte da fauna ictiológica de córrego de abastecimento de água de pequena localidade do interior.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Em crime ambiental;

- a) É possível aplicar a empresa causadora de destruição total de vegetação fixadora de



dunas em toda extensão de uma praia a pena restritiva de direito de suspensão total de atividades, uma vez comprovada pelo laudo de constatação a extensão do dano irreversível causado;

b) É inadmissível aplicar a empresa causadora de destruição parcial de vegetação fixadora de dunas em toda extensão de uma praia a pena restritiva de direito de suspensão total de atividades, uma vez comprovada pelo laudo de constatação a possibilidade de recuperação do dano causado;

c) Nos crimes previstos na Lei nº 9.605/98, cabe a suspensão condicional da pena corpórea não superior a três anos, imposta ao gerente de operações de empresa de exploração e refino de petróleo causadora de dano ambiental irreversível ;

d) Nos crimes ambientais não cabe a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, mesmo quando haja desvio de função da sociedade causadora do dano;

e) É inaplicável à pessoa jurídica condenada por crime ambiental irreversível causado a fauna nativa, a pena restritiva de direito consubstanciada na proibição de contratar com o Poder Público, ou dele receber subsídios para pesquisa.

3ª Questão: Dentre os princípios estruturantes do Direito Ambiental, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) adotou a responsabilidade subjetiva ambiental para a reparação dos danos causados ao meio ambiente.

b) A proteção dos ecossistemas, com a preservação das áreas representativas e ameaçadas de degradação, evidenciam, na Política Nacional do Meio Ambiente, a adoção do *princípio da prevenção*.

c) Ao aplicar o *princípio da precaução*, os governos encarregam-se de organizar a repartição da carga dos riscos tecnológicos. Assim, infringe tal princípio a Administração Pública que, não procurando prever danos para o ser humano e o meio ambiente, omite-se no exigir e no praticar medidas de precaução, ocasionando prejuízos, pelos quais será co-responsável.



- d) Pelo *princípio da participação*, os cidadãos saem de um estado passivo de beneficiários, passando a partilhar da responsabilidade na gestão dos interesses da comunidade inteira.
- e) A função social e ambiental da propriedade autoriza que se imponha ao proprietário comportamentos positivos, no exercício de seu direito, para a preservação do meio ambiente.

GABARITO:

01	02	03
C	A	A

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta** sobre a tutela do meio ambiente:

- a) Os instrumentos para a proteção do meio ambiente são, por exemplo: no campo administrativo, multa; no penal, a ação penal pública; e no âmbito civil, a ação civil pública.
- b) A tutela civil não pode ser exercida através da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) O estudo prévio de impacto ambiental não encontra proteção na esfera administrativa.
- d) O mandado de segurança coletivo não é instrumento jurídico de proteção ao meio ambiente.
- e) O patrimônio genético e a biodiversidade estão fora da proteção da Lei n.º 8.974/95.

2ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre função social da propriedade rural no que tange ao meio ambiente:



- a) A função social é cumprida segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei.
- b) Devem ser observadas as disposições que regulam as relações de trabalho.
- c) A exploração deve favorecer o bem-estar dos proprietários e trabalhadores, na forma do art. 186 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) Os requisitos das alternativas anteriores não são observados quando se analisa a função social da propriedade rural.
- e) A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis também deve ser observada.

3ª Questão: Assinale, com fundamento na tutela constitucional do meio ambiente e distribuição de competências, a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Município terá competência supletiva para estabelecer normas e procedimentos adequados às peculiaridades locais.
- b) Compete à União legislar concorrentemente sobre florestas, defesa do solo e controle da poluição.
- c) Existem regras constitucionais sobre meio ambiente que são privativas de competência do Estado.
- d) Aos Municípios cabe apenas suplementar a legislação federal e estadual, "*no que couber*" (art. 30, II, CRFB).
- e) Para distribuir-se a competência é suficiente observar tão somente a irrelevância da intenção dolosa ou a ofensa ao direito difuso da sociedade.

4ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**, tendo em vista os princípios de direito ambiental:

- a) O princípio do poluidor-pagador possui duas vertentes: a prevenção do dano ambiental e a repressão, mediante reparação daquele já causado.
- b) O desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma



relação satisfatória entre os homens e destes com seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

c) A ausência de culpa na efetivação do dano ambiental isenta de responsabilidade o poluidor.

d) Para o efeito da aplicação do princípio da prevenção, sempre que a atividade perigosa polua ou degrade o meio ambiente, são necessárias medidas preventivas.

e) Com base no princípio da precaução, sempre que houver perigo de ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes, a fim de impedir a degradação ambiental.

5ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Qualquer pessoa que constate a infração ambiental poderá dirigir representação à autoridade competente, que, ao tomar conhecimento dela, é obrigada a promover apuração imediata – mediante processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa – sob pena de co-responsabilidade.

b) Prescreve o Estatuto da Cidade (art. 36) que lei municipal definirá os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, em área urbana, que dependerão da apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para a obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, quando a competência de outorga for municipal.

c) Todo aquele que desenvolve atividade lícita, geradora de perigo a outrem, deverá responder pelo risco, não havendo necessidade de a vítima provar culpa do agente.

d) O compromisso de ajustamento de conduta tem natureza de título executivo judicial (§ 6º do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85), o que recomenda estejam as obrigações devidamente delimitadas, particularizadas e especificadas.

e) Existindo dano ambiental, para garantir a efetividade da decisão judicial, pode o magistrado cominar multa diária (*astreinte*).



GABARITO:

01	02	03	04	05
A	D	E	C	D

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**, acerca dos fundamentos do Direito Ambiental:

- a) O meio ambiente pode ter um significado de macrobem como um direito fundamental do homem, transformando-se em bem de interesse difuso, cuja proteção jurídica pertence a toda coletividade.
- b) O meio ambiente pode ter uma concepção de microbem, relativamente à propriedade e a outros interesses a esta subjacentes, podendo pertencer ao setor público ou privado, inclusive à pessoa física ou jurídica.
- c) O macrobem, sendo direito fundamental e intercomunitário é disponível, embora deva ser preservado para as gerações presentes e futuras, bem como para todos, na forma da Constituição.
- d) O macrobem ambiental é incorpóreo e imaterial e, em conseqüência, insuscetível de apropriação exclusiva, pois indivisível.
- e) O uso dos recursos naturais pode ser gratuito ou pago. A raridade do recurso, o uso poluidor e a necessidade de prevenir catástrofes, podem levar à cobrança do uso dos recursos naturais.

2ª Questão: Acerca da ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O objeto principal da ação coletiva ambiental, observadas as condições para a imputação do dano, é o de instrumentalizar o legitimado para uma pretensão



estritamente indenizatória.

- b) O dano ambiental exige, além da compensação financeira ecológica, um mecanismo que cesse a atividade poluente e/ou recupere a lesão ambiental.
- c) Para à consecução de obrigação de fazer ou não fazer, a ação civil pública ampliou os poderes do juiz, facultando-lhe a possibilidade de execução específica ou cominação de multa diária, sistema misto com penas pecuniárias e *astreintes*.
- d) O Código de Defesa do Consumidor ampliou os poderes do juiz, conferindo-lhe instrumentos que visem a garantir o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.
- e) Na tutela liminar ou na sentença, o juiz poderá impor multa diária ao réu, de ofício, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

3ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O inquérito civil é um pressuposto necessário à tutela jurisdicional metaindividual, e não uma simples faculdade, posto que o Ministério Público não poderá propor, sem ele, a ação para a tutela ambiental.
- b) Além da ação civil pública, visando a responsabilização pelo dano ambiental, há possibilidade de ações de conhecimento em quaisquer de suas espécies declaratórias, condenatórias, constitutivas positivas e negativas, de execução, cautelares e ainda mandamentais, sem limitação quanto ao seu objeto.
- c) É disponível a qualquer pessoa e um dever do agente público representar ao Ministério Público, visando à proteção dos interesses metaindividuais.
- d) O juiz poderá, em qualquer espécie de ação civil pública, conceder mandado liminar.
- e) No sistema da ação civil pública, destinada à proteção do meio ambiente, é possível tanto a liminar cautelar como a antecipatória de mérito.

4ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto aos princípios estruturantes do direito ambiental:



- a) Pelo princípio da precaução, sempre que houver perigo da ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser invocada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes, a fim de evitar a degradação ambiental.
- b) A lei brasileira não penaliza criminalmente quem deixar de adotar medidas precaucionais exigidas pelo Poder Público para a segurança da coletividade.
- c) O princípio da precaução e da atuação preventiva são elementos centrais e de eficácia para a gestão de um Estado de Justiça ambiental.
- d) Em matéria de proteção ao meio ambiente, o princípio usuário-pagador enseja que o utilizador do recurso deva suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua utilização.
- e) Pelo princípio da responsabilização tem-se em mira, na esfera privada, possibilitar que indivíduo e associações exijam a reintegração dos bens ambientais lesados ou ameaçados, fortalecendo o exercício da cidadania.

5ª Questão: Assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Na cautelar ambiental os requisitos para a propositura da ação são os mesmos do sistema do CPC: *periculum in mora* e *fumus boni juris*.
- b) O juiz pode, liminarmente, determinar a imediata cessação de atividade que coloque em risco a higidez do meio ambiente.
- c) Não se admite o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos relativos ao meio ambiente.
- d) Caso outro co-legitimado proponha a ação civil pública ambiental, cumpre ao Ministério Público intervir na ação coletiva atuando como *custos legis*.
- e) Como nosso direito processual não admite a constituição superveniente de litisconsórcio facultativo unitário, instaurada a relação processual por um dos co-legitimados, os outros que quiserem participar da relação processual poderão ingressar como assistentes litisconsorciais.



GABARITO:

01	02	03	04	05
C	A	A	B	C

Prova de 2006

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os sindicatos e entidades de classe têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo para proteção de interesses do meio ambiente.
- b) A preservação da fauna é um dos objetivos da lei de proteção ao meio ambiente e o exercício da caça é absolutamente incompatível com a proteção da fauna.
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- e) As ações civis públicas por dano ambiental, em regra, serão propostas perante o juízo onde ocorreu o dano.

2ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A responsabilidade civil pelos danos ambientais é objetiva.
- b) O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar os mesmos recursos



que temos hoje a nossa disposição.

- c) Os locais de valor histórico ou artístico podem ser enquadrados nos valores estéticos em geral, cuja degradação afeta também a qualidade ambiental.
- d) A Constituição não prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica por dano ao meio ambiente.
- e) Evidenciada sua existência no princípio de prevenção do dano ambiental, o EIA/RIMA constitui um dos mais importantes instrumentos de proteção ao meio ambiente. A sua essência é preventiva.

GABARITO:

01	02
B	D

Prova – Agosto de 2007

1ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**:

- a) Nas ações civis públicas de reparação ambiental, a prescrição é fixada pelo art. 206, § 3º, V, do CC/2002, ocorrendo em 3 (três) anos.
- b) Nas ações civis públicas de reparação ambiental, a prescrição ocorre em 10 (dez) anos, conforme o art. 205 do CC/2002.
- c) A noção tradicional de prescrição não se coaduna com a tutela dos direitos transindividuais ambientais, sendo impróprio invocar regras de prescrição próprias do direito privado.
- d) As restrições de uso de propriedade particular impostas pela Administração Pública, para fins de proteção ambiental, constituem desapropriação direta, devendo a indenização ser pleiteada mediante ação de natureza real, cujo prazo prescricional é quinquenal.
- e) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pertence à coletividade e, por



ser passível de mensuração para efeitos indenizatórios, possui como característica essencial a disponibilidade.

2ª Questão: Assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Aos Municípios é outorgada a competência para legislar em matéria ambiental, sendo-lhes lícita a possibilidade de ampliar ou reduzir a delimitação das áreas guarnecidas de acordo com a realidade local.
- b) Os princípios jurídicos ambientais podem ser implícitos, decorrentes do sistema constitucional, ou explícitos, que estão claramente escritos nos textos legais e na Constituição da República Federativa do Brasil, sendo ambos dotados de positividade.
- c) Não se pode falar em qualquer direito adquirido na exploração das áreas de preservação permanente, porquanto, após a Constituição da República de 1988, o direito de propriedade só é reconhecido se cumprida à função social ambiental.
- d) Compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre matéria ambiental, cabendo aos Municípios, contudo, suplementar a legislação nos assuntos de predominante interesse local.
- e) A responsabilidade pela recomposição da vegetação em áreas de preservação permanente ou reserva legal é imposta ao proprietário ou possuidor da gleba, mesmo sendo um terceiro o autor do desmatamento, uma vez que a obrigação de preservação possui caráter real (*propter rem*).

3ª Questão: A respeito dos princípios do direito ambiental, considere as afirmativas:

- I. A operacionalidade do princípio do poluidor-pagador implica a adoção de alguns aspectos do regime jurídico da responsabilidade civil, como a modalidade objetiva e prioridade da reparação específica do dano.
- II. O princípio democrático assegura a participação de todos os cidadãos na elaboração das políticas públicas ambientais, sendo materializado por instrumentos processuais e procedimentais, dentre esses o estudo prévio de impacto ambiental.



III. O princípio da prevenção ou prudência orienta que as intervenções no meio ambiente devem ser evitadas antes de se ter certeza de que não serão prejudiciais, ao contrário do princípio da precaução, que se aplica a impactos já conhecidos e informa tanto o licenciamento ambiental como os estudos de impacto ambiental.

IV. O princípio da proporcionalidade ambiental determina que todas as implicações de uma intervenção no meio ambiente devem ser sopesadas, devendo ser adotada a solução que concilie um resultado globalmente positivo. Seguindo esse raciocínio, na implementação do programa nacional de biocombustível deve haver um balanço prévio entre o impacto causado pelas imensas zonas de cultura necessárias para a produção em larga escala do produto e a redução das emissões de carbono na atmosfera, a fim de concluir se ao final haverá benefícios ao meio ambiente.

Está **correto** o que consta apenas nas afirmativas:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) II, III e IV
- e) Todas estão corretas.

4ª Questão: Márcio é proprietário de um imóvel tombado, conhecido pela comunidade como “Sobrado do Barão”, porquanto serviu de residência de um nobre importante para a instalação e desenvolvimento da região onde mora. Ocorre que, por falta de manutenção, o referido imóvel desabou, ficando completamente destruído, o que causou grande comoção na localidade.

Considerando a hipótese em referência, considere as afirmativas:

- I. É possível restituir especificamente o dano material causado.
- II. Para a reparação do dano material será necessário realizar um estudo prévio de impacto ambiental, a fim de restabelecer o *status quo ante*.
- III. A partir da Constituição da República passou-se a adotar uma visão global do meio ambiente, ampliando-se a gama de bens a serem protegidos, abrangendo o meio



ambiente natural e cultural, contudo, no caso em foco, inexistente dano moral coletivo a ser reparado.

IV. A conservação do bem tombado cabe ao proprietário, ainda que não disponha dos recursos necessários para tal encargo.

Está **correto** o que consta apenas em:

- a) Somente II e III
- b) Todas estão incorretas
- c) II, III e IV
- d) I, II e III
- e) Todas estão corretas

GABARITO:

01	02	03	04
C	A	A	B

Prova – Junho de 2008

1ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:

- a) O poluidor deve suportar o custo das medidas que teve de adotar para proteger o meio ambiente.
- b) No que concerne à poluição sonora, o objeto que as ações civis públicas estão protegendo o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado que assegure, principalmente, a saúde, a segurança e o bem estar da coletividade.
- c) Segundo a teoria da *equidade intergeracional*, todas as gerações possuem o mesmo espaço na sua relação com o sistema natural, não havendo motivo para preferir a geração presente em relação às gerações futuras.
- d) O princípio do poluidor-pagador está limitado a proporcionar o ressarcimento dos danos causados pela poluição.



e) A Política Nacional do Meio Ambiente tem, como alguns de seus objetivos, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

2ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:

- a) Um dos objetivos fundamentais da educação ambiental é a garantia de democratização das informações ambientais.
- b) O direito à informação sobre questões ambientais é assegurado tanto em esfera constitucional quanto na infraconstitucional.
- c) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem como objetivo favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
- d) O Sistema Nacional de Informações sobre o meio ambiente é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.
- e) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação exige, para a criação de suas unidades a prévia realização de estudos técnicos, mas dispensa a consulta pública.

3ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:

- a) O sistema jurídico brasileiro proíbe a cobrança pela outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
- b) A denominada tutela processual específica, nas obrigações de fazer e não fazer contribui para a efetividade do direito ambiental.
- c) A fim de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadas pelos Estados, por ações



discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

e) Existe litispendência entre ações civis públicas ambientais que versem sobre o mesmo objeto e tenham a mesma causa de pedir, ainda que as partes sejam distintas.

4ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:

a) Pesquisas realizadas na circunscrição de estações ecológicas para a proteção da fauna e da flora podem produzir modificações no estado natural da área protegida.

b) O zoneamento ambiental objetiva a ordenação do uso, a ocupação e a destinação de áreas de significativo interesse ambiental.

c) A legislação criou e sistematizou a disciplina das unidades de conservação no direito ambiental brasileiro, traçando objetivos de organização do processo de sua implementação.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

e) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

5ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:

a) O sistema jurídico brasileiro possui normas que dispõe sobre o uso das técnicas de engenharia genética e liberação, no meio ambiente, de organismos geneticamente modificados.

b) Para instruir a petição inicial de Ação Civil Pública que se destine à proteção ambiental, o interessado pode requerer às autoridades competentes as informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.

c) Enquanto o *princípio da precaução* se dá em relação ao *perigo concreto* de dano ambiental, o *princípio da prevenção* se refere ao *perigo abstrato* de dano ambiental.

d) A aplicação do *princípio da precaução* pressupõe que, previamente, tenham sido



identificados resultados imputáveis a determinado fenômeno, atividade ou processo, havendo nocividade ao menos potencial.

e) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

GABARITO:

01	02	03	04	05
D	E	A	D	C

Prova de 2009

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. O princípio do usuário-pagador consubstancia-se num mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica.

II. O direito à integridade do meio ambiente, considerado direito de quarta geração, constitui-se em expressão de um poder atribuído à coletividade social.

III. O novo Código Civil Brasileiro contemplou a denominada função ambiental e social da propriedade.

IV. O princípio da função socioambiental da propriedade assegura, na ordem jurídica atual, a possibilidade de imposição ao proprietário rural do dever de recomposição da vegetação em áreas de preservação permanente e de reserva legal, mesmo que não tenha sido ele o responsável pelo desmatamento, pois tal obrigação possui caráter “propter



rem”.

V. A função social da propriedade urbana e da propriedade rural é cumprida quando atendidas as exigências fundamentais expressas no Plano Diretor.

- a) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

II. Os princípios da informação e da educação ambiental influenciam a efetividade do princípio da participação popular na proteção do meio ambiente de maneira residual.

III. Entende-se por meio ambiente artificial aquele constituído pelo espaço urbano construído, englobando o conjunto de edificações e de equipamentos públicos.

IV. O reconhecimento da água como bem de domínio público dotado de valor econômico constitui um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

V. O Estatuto da Cidade contempla o equilíbrio ambiental no âmbito das cidades e garante o direito a cidades sustentáveis.

- a) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:



I. Ainda que o empreendimento opere em conformidade com a licença ambiental obtida, o empreendedor deverá reparar os danos causados ao ambiente ou indenizar pelos riscos produzidos em decorrência da atividade, haja vista o Brasil adotar a teoria da responsabilidade objetiva do risco integral.

II. O licenciamento ambiental é feito em três etapas distintas, que podem ser suprimidas de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração: outorga da licença prévia, outorga da licença de instalação e outorga da licença de operação.

III. Entende-se por Mosaico de Espaços Protegidos um conjunto de unidades de conservação da mesma ou de distintas categorias, mas que, pela proximidade, justaposição ou sobreposição, requerem gestão unificada e integrada.

IV. O Estatuto da Cidade introduziu a denominada operação consorciada e, dentre as medidas facultadas para realização da transformação urbanística, encontra-se a regularização de construções executadas em desacordo com a legislação vigente.

V. Com a evolução da tutela ao meio ambiente no Brasil, a doutrina pacificou o entendimento acerca da possibilidade de reconhecimento da indenização por dano moral coletivo, quando decorrente de agressões ao patrimônio ambiental.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

GABARITO:

01	02	03
D	A	B

PROVA DE 2010

86ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:



- I.** Às pessoas jurídicas, nos delitos ambientais, são aplicáveis as penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.
- II.** Os crimes contra a fauna silvestre são de competência da Justiça Federal, sendo de competência da justiça comum quando se tratar de animais domésticos ou domesticados.
- III.** Nos delitos ambientais, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é circunstância que atenua a pena.
- IV.** Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família, salvo no caso de pesca em época de defeso da espécie.
- V.** Nos delitos ambientais as penas restritivas de direito, sendo favoráveis todas as circunstâncias judiciais, substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposo ou for aplicada pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.

- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

87ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** A legislação veda expressamente a concessão de fiança ou liberdade provisória quando o crime de poluição for produzido por produto ou substância nuclear ou radioativa.
- II.** Nos crimes previstos na lei ambiental (Lei n. 9.605/1990), a suspensão da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.
- III.** Danificar vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, do



Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção constitui crime contra a flora.

IV. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende do ato autorizativo do Poder Público, salvo quando forem realizados pelo próprio poder concedente.

V. Constitui crime contra o ambiente provocar incêndio em qualquer mata ou floresta, independentemente de ser de área de preservação permanente ou de Unidade de Conservação.

- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.

88ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. A caça, amadora ou profissional, nas Reservas Extrativistas é proibida.

II. O Plano Diretor é de natureza obrigatória para cidades que integram área de especial interesse turístico.

III. O Prefeito que impeça a realização do Plano Diretor viola os princípios da legalidade e da publicidade, praticando manifesto ato de improbidade administrativa, conforme Lei n. 8.429/1992.

IV. É admissível, na recomposição de um reflorestamento, a plantação unicamene de eucaliptos e *pinus elliottii*, espécies de origem estrangeira e que são suficientes para restaurar o ecossistema original.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.



- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

89ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. O princípio do desenvolvimento sustentável vem sempre impregnado de caráter constitucional, representando fator de obtenção do justo equilíbrio entre os interesses do poder econômico e as exigências concretas da ecologia.

II. O princípio de direito constitucional da subsidiariedade não é aplicável em matéria de meio ambiente.

III. No caso de potencial colisão entre princípios constitucionais estampados entre o direito ao meio ambiente equilibrado e o da livre iniciativa da atividade econômica, para produzir um justo equilíbrio cabe invocar o papel de harmonização ou otimização das normas, sem negar-se a eficácia de qualquer das regras.

IV. O Estatuto da Cidade visa, também, o equilíbrio ambiental na dimensão territorial das cidades.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

90ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Constatando-se que os laudos do órgão ambiental foram baseados em erros que prejudicam o projeto de implantação de uma rede de esgoto, a autoridade ambiental deve anular sua decisão autorizativa do início dos trabalhos até posterior decisão.

II. Tratando-se de ato jurídico perfeito, o órgão ambiental deve buscar decisão judicial



para revogar a licença concedida.

III. Os princípios da precaução e da prevenção nas hipóteses de impactos ambientais conhecidos são aplicados, sem distinção, às atividades públicas e às atividades particulares.

IV. Os danos ao meio ambiente acarretam a responsabilidade civil da Administração Pública quando consequentes de omissão de seus agentes.

- a) Todas as proposições são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- c) Somente as proposições I e II são corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- e) Somente as proposições I e IV são corretas.

91ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. A Constituição da República prevê que o meio ambiente reflete o interesse difuso ecologicamente equilibrado, mas depende de quem seja o proprietário dos recursos ambientais.

II. Os Estados exercerão a competência legislativa absoluta se não existir lei federal sobre normas gerais envolvendo o meio ambiente.

III. Para o licenciamento e instalação de antenas de telefonia nas proximidades de escolas, levam-se, obrigatoriamente, em conta os princípios ambientais da prevenção e do poluidor-pagador.

IV. O princípio do *in dubio pro tecnologia* é aplicável em Direito Ambiental somente em casos especiais.

- a) Todas as proposições são corretas.
- b) Somente as proposições II e III são corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- d) Somente as proposições I e II são corretas.
- e) Somente as proposições III e IV são corretas.



92ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** A responsabilização civil das pessoas jurídicas, em tema ambiental, exime a cominação de sanção das pessoas físicas partícipes do mesmo fato.
- II.** O princípio da participação popular da proteção ao meio ambiente não está previsto na Constituição da República, sequer implicitamente.
- III.** Os cidadãos dispõem de livre acesso aos documentos relativos ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, sem restrição.
- IV.** Estação ecológica e reserva biológica são unidades de proteção integral e não de uso sustentável.

- a) Todas as proposições são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- c) Somente as proposições III e IV são corretas.
- d) Somente as proposições I e II são corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV são corretas.

GABARITO:

86	87	88	89	90	91	92
A	A	A	E	E	Anulada	C

PROVA 2013

DIREITO AMBIENTAL

86ª Questão: No âmbito do direito ambiental, sobre o princípio do poluidor-pagador é correto afirmar:

- a) A interpretação desse princípio traz como resultado as seguintes afirmações: “pagar para poder poluir”, “poluir mediante pagamento” ou “pagar para evitar a contaminação”.
- b) O referido princípio estabelece uma liceidade para o ato poluidor, mediante o ressarcimento pecuniário correspondente: “poluo, mas pago”.
- c) A Constituição Federal de 1988 acolheu referido princípio ao determinar que as



condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da responsabilidade civil (art. 225, § 3º).

d) A Comunidade Econômica Europeia não possui qualquer disciplina ou definição sobre o princípio do poluidor-pagador.

e) As pessoas físicas ou jurídicas produtoras de bens e serviços de grande interesse social estão protegidas da aplicação do princípio do poluidor-pagador.

87ª Questão: Sobre os princípios de direito ambiental é correto afirmar:

a) A prevenção e a preservação ambientais devem ser fomentadas pela iniciativa privada como responsável primário, cabendo ao Poder Público o papel exclusivo e secundário de fiscalizador.

b) O princípio da precaução encontra positivação infraconstitucional na Lei nº 11.105/2005, a qual estabelece normas de proteção ambiental.

c) O princípio da participação estabelece a obrigação exclusiva do Poder Público quanto aos deveres de proteção e preservação do meio ambiente.

d) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, § 3º, estabeleceu ao poluidor do meio ambiente a sanção penal (responsabilidade criminal) e a sanção civil (responsabilidade civil – reparação dos danos), excepcionando a sanção administrativa para evitar o bis in idem.

e) A prevenção e a preservação ambientais devem ser fomentadas pelo Poder Público com exclusividade, cabendo à iniciativa privada a função secundária de contribuir com recursos financeiros para a implementação de projetos voltados ao meio ambiente.

88ª Questão: Sobre o patrimônio genético e a aplicação da Lei nº 11.105/2005, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Lei nº 11.105/2005 não se aplica quando a modificação genética for obtida por meio de mutagênese, desde que não implique a utilização de organismo geneticamente modificado como receptor ou doador.

b) A Lei nº 11.105/2005 não se aplica quando a modificação genética for obtida por meio de formação e utilização de células somáticas de híbrido animal, desde que não implique a utilização de organismo geneticamente modificado como receptor ou doador.

c) A Lei nº 11.105/2005 não se aplica quando a modificação genética for obtida por meio de fusão celular, inclusive a de protoplasma, de células vegetais, que possa ser produzida mediante métodos tradicionais de cultivo, desde que não implique a utilização de organismo geneticamente modificado como receptor ou doador.

d) A Lei nº 11.105/2005 não se aplica quando a modificação genética for obtida por meio de autoclonagem de organismos não-patogênicos que se processe de maneira natural, desde que não implique a utilização de organismo geneticamente modificado como receptor ou doador.

e) A utilização de organismo geneticamente modificado como receptor ou doador em atividades de modificação genética por meio das técnicas de mutagênese, fusão celular e autoclonagem de organismos não patogênicos afasta a incidência da Lei nº 11.105/2005.

89ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:



I. O Estatuto da Cidade estabelece como diretriz geral a gestão democrática por meio da participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

II. O Estatuto da Cidade estabelece como diretriz geral a cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

III. O Estatuto da Cidade estabelece como diretriz geral a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência.

IV. O Estatuto da Cidade estabelece como diretriz geral ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a exposição da população a riscos de desastres.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

90ª Questão: Observadas as proposições a seguir elencadas, assinale a alternativa correta:

I. Para o novo Código Florestal, entende-se por Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 45° W, do Estado do Maranhão.

II. Segundo o novo Código Florestal, Área de Preservação Permanente – APP significa: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações.

III. O novo Código Florestal conceitua a área rural consolidada como: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 30 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

IV. A pequena propriedade ou posse rural familiar, para efeito do novo Código Florestal, corresponde a aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.



91ª Questão: Analise as proposições a seguir expostas e assinale a alternativa correta:

I. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, nos termos do novo Código Florestal, as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 4º do referido Código.

II. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, nos termos do novo Código Florestal, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 30 metros.

III. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, nos termos do novo Código Florestal, as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

IV. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, nos termos do novo Código Florestal, as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 50 (cinquenta) metros em projeções horizontais.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

92ª Questão: Observadas as proposições seguintes, assinale a alternativa correta:

I. O imóvel rural deve manter área de cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sendo o percentual mínimo de 80% se situado em área de florestas da Amazônia Legal, conforme o Código Florestal.

II. O imóvel rural deve manter área de cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sendo o percentual mínimo de 35% se situado em área de cerrado da Amazônia Legal, conforme o Código Florestal.

III. O imóvel rural deve manter área de cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sendo o percentual mínimo de 20% se situado em área de campos gerais da Amazônia Legal, conforme o Código Florestal.

IV. O imóvel rural deve manter área de cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sendo o percentual mínimo de 20% se situado nas demais regiões do país que não estejam abrangidas pela Amazônia Legal, conforme o Código Florestal.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

GABARITO

86 C	87 B	88 E	89 E	90 C	91 Anulada	92 E
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------------	-------------



PROVA DE 2015

95. Determinado Estado da Federação possui uma legislação sobre flora. A União, após intenso debate legislativo, trouxe em lei federal normas gerais sobre a mesma matéria tratada na lei estadual. A lei estadual

- (A) fica revogada no que for contrário à legislação federal superveniente.
- (B) está automaticamente revogada.
- (C) pode ser revogada pelo Poder Legislativo Estadual.
- (D) continua em vigor, mesmo os dispositivos que sejam contrários ao texto da lei federal.
- (E) fica com a eficácia suspensa no que for contrário à legislação federal superveniente.

96. Um pesquisador desenvolveu uma técnica de cultivo de ostra pela qual a produção aumenta em 75%, trazendo, assim, real ganho econômico ao produtor. A nova técnica exaure os recursos naturais necessários ao cultivo da ostra em 30 anos. A nova técnica

- (A) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, independentemente de prévio Estudo de Impacto Ambiental, por representar aumento de produção ao empreendedor.
- (B) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que haja o licenciamento ambiental da atividade.
- (C) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que o licenciamento ambiental seja conduzido por um Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.
- (D) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental, uma vez que fere o Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- (E) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental por ferir o Princípio da Taxatividade Ambiental.

97. Por decisão do representante contratual da Empresa BETA, que produz fertilizante agrícola, alguns funcionários, inclusive o próprio representante contratual, utilizaram espécimes da fauna silvestre em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização, em pesquisa realizada sem o conhecimento da empresa e divorciada de qualquer atividade de interesse ou que pudesse trazer algum benefício, ainda que indireto, para ela. A empresa

- (A) poderá ser responsabilizada no campo do direito penal, a depender de outros elementos, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.
- (B) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como crime.
- (C) não será responsabilizada no campo do direito penal.
- (D) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.



(E) não será responsabilizada no campo do direito penal porque o fato é atípico.

98. O Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, consistente no equilíbrio ecológico e na higidez do meio e dos recursos naturais, é bem

(A) individual homogêneo, indivisível, indisponível e impenhorável.

(B) tangível, disponível e impenhorável.

(C) coletivo, divisível e indisponível.

(D) comum, geral, difuso, indivisível, indisponível e impenhorável.

(E) difuso, divisível, indisponível e impenhorável.

99. O proprietário da Fazenda Santa Rita instituiu uma servidão ambiental, pelo prazo de 05 anos, em área de 150 hectares de sua propriedade dotada de relevante interesse ecológico. Após 02 anos, a fazenda foi desmembrada. A servidão ambiental

(A) permanecerá sem alteração de destinação durante seu prazo de vigência.

(B) será extinta.

(C) é nula, uma vez que não existe no ordenamento jurídico brasileiro servidão ambiental temporária.

(D) poderá ser mantida a critério dos novos proprietários.

(E) será extinta em um prazo máximo de 01 ano.

100. A Defensoria Pública, preocupada com uma população carente que reside nas cercanias do novo empreendimento, ajuizou uma ação civil pública pretendendo a declaração de nulidade do licenciamento de uma Indústria conduzido pelo Estado Y, em razão de que, mediante convênio, o Estado Y delegou a execução de ações administrativas relacionadas ao licenciamento para o Município X, o qual dispõe de órgão ambiental capacitado para executar as ações delegadas e de conselho de meio ambiente. A ação deverá ser julgada

(A) improcedente.

(B) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo ativo.

(C) procedente.

(D) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo passivo, que é ocupado pelo Estado Y e pelo Município X.

(E) parcialmente procedente apenas para condicionar o licenciamento à previa autorização da União.

95 E	96 D	97 C	98 D	99 A	100 A
------	------	------	------	------	-------